



A reparação às vítimas de acidentes e passivos ambientais gera a proteção ambiental na medida em que poluidores passam a contabilizar oficialmente os efeitos de suas atividades poluidoras, inclusive informando o mercado e seus acionistas. A advocacia empreendedora é a única atividade lícita plenamente capaz, independente e legítima para viabilizar este aprendizado e esta mutação.

**Autor**  
Fabiano Neves Macieywski

# ADVOGAR NO DIREITO AMBIENTAL

**Área específica**  
Direito Ambiental.

**Áreas afins**  
Direito Constitucional, Direito Processual Civil,  
Direitos Humanos, Direito Econômico, Teoria  
Geral do Processo, Biografia.

**Público-alvo/consumidores**  
Advogados, acadêmicos de Direito,  
profissionais da área jurídica.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001138

M152a	Macieywski, Fabiano Neves
	Advogar no Direito Ambiental/ Fabiano Neves Macieywski.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.
	204 p.
	ISBN: 978-85-450-0272-7
	1. Direito Ambiental. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil. I. Título.
	CDD 344.046 CDU 349.6

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MACIEYWSKI, Fabiano Neves. Advogar no Direito Ambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 204 p. ISBN 978-85-450-0272-7.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
APRESENTAÇÃO .....	17
INTRODUÇÃO .....	21
1 A EVOLUÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE DE CONSUMO .....	23
1.1 As raízes do sujeito moderno .....	24
1.1.1 As raízes do capitalismo .....	26
1.1.2 Subjetividade moderna .....	26
1.1.3 Sobre modernidade e subjetividade .....	27
1.2 A cultura da modernidade e da pós-modernidade: as bases da sociedade de consumo .....	28
1.2.1 O surgimento da modernidade .....	29
1.2.2 Modernidade e modernismo .....	30
1.2.3 A ideia da pós-modernidade .....	32
1.3 A cultura e o sujeito pós-moderno .....	34
1.3.1 A indústria da cultura .....	36
1.3.2 A indústria cultural, o sujeito moderno e o Direito pós-moderno .....	38
1.3.3 A cultura afirmativa “gera” o sujeito moderno, confirmado pelo Direito .....	39
1.3.4 A tecnicidade na cultura e sua influência sobre o Direito .....	40
1.3.5 As influências da indústria cultural sobre o pensamento jurídico .....	41
2 A IDEOLOGIA LIBERAL E A LÓGICA DE MERCADO .....	43
2.1 A evolução da sociedade de mercado e a política de	

	estabilidade social .....	46
3	O HOMEM PÓS-MODERNO E A NATUREZA .....	51
3.1	Meio ambiente .....	53
3.2	O Direito ambiental e a qualidade de vida.....	56
3.2.1	Aspectos objetivos do Direito ambiental .....	57
3.2.2	Aspectos jurídicos do Direito ambiental brasileiro.....	59
3.3	A internacionalização do Direito ambiental .....	60
4	O DIREITO FUNDAMENTAL AMBIENTAL, SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO E COM OS PARTICULARES....	65
4.1	O direito fundamental ao meio ambiente.....	65
4.2	Relações entre Direito, Estado e particulares.....	68
4.3	Os direitos particulares que decorrem do Direito fundamental ambiental .....	73
5	PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL.....	75
5.1	Princípio da precaução .....	77
5.2	Princípio da informação .....	79
5.3	Princípio da participação .....	80
6	DANO AMBIENTAL E SUAS CARACTERÍSTICAS.....	83
6.1	O dano no Direito civil .....	83
6.2	Responsabilidade civil.....	86
6.2.1	A evolução da responsabilidade civil .....	87
6.2.2	A evolução da Teoria Subjetiva à Objetiva .....	90
6.2.3	Responsabilidade civil por dano ambiental: responsabilidade objetiva.....	92
6.3	O dano no Direito Ambiental .....	96
6.4	O alcance do dano ambiental .....	103
7	DANO AMBIENTAL INDIVIDUAL.....	107
7.1	Reparação do dano individual ambiental .....	111
7.2	Dano moral ambiental ou dano extrapatrimonial ambiental ....	113
7.2.1	Dano moral.....	113
7.2.2	O dano moral ambiental: aspectos gerais.....	115
7.2.3	O dano extrapatrimonial ambiental: aspectos específicos .....	122
7.2.4	Dano ambiental individual em sua esfera extrapatrimonial ....	124

8	TUTELAS JURISDICIONAIS DO MEIO AMBIENTE .....	127
8.1	A crise jurídica do processo civil clássico defronte aos interesses difusos, com ênfase no Direito ambiental .....	129
8.2	Das tutelas jurisdicionais próprias à defesa do meio ambiente	134
8.2.1	Lei de Ação Civil Pública .....	138
8.2.2	Ação popular como forma individual de exercício da tutela ambiental com vistas ao interesse coletivo .....	148
8.2.3	Ações indenizatórias individuais .....	151
9	A NOVA FONTE DO DIREITO .....	169
9.1	O meio ambiente e seu novo Direito .....	174
9.2	A interpretação do Direito ambiental .....	176
9.3	Da atitude de interpretação para a eficaz aplicação.....	183
10	ADVOGAR: PRERROGATIVAS E <i>LAWFARE</i> .....	187
10.1	Advocacia é uma atividade de risco.....	187
10.2	O advogado empreendedor.....	188
10.3	<i>Lawfare</i> , pós verdade e o abuso de autoridade.....	189
	CONCLUSÃO .....	193
	REFERÊNCIAS.....	195